

CRUZADA BANDEIRANTES SÃO CAMILO ASSISTÊNCIA MÉDICO - SOCIAL						DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS DE 2011 E 2010 (EM REAIS)					
HOSPITAL GERAL DE CARAPICUÍBA						PARA OS EXERCÍCIOS DE 2011 E 2010 (EM REAIS)					
CNPJ Nº 60.598.448/0004-23						PARA OS EXERCÍCIOS DE 2011 E 2010 (EM REAIS)					
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (EM REAIS)						DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS DE 2011 E 2010 (EM REAIS)					
ATIVO	Nota	2011	2010	PASSIVO	Nota	2011	2010		2011	2010	
Ativo Circulante						Passivo Circulante					
Caixa e Equivalente de Caixa		-	-	Fornecedores - Saúde (Gestão Pública)	6	3.568.589,25	2.892.721,82	Rec. C/ Saúde (Gestão Pública)			
- Saúde (Gestão Pública)		236.952,16	2.134,00	Fornecedores		3.568.589,25	2.892.721,82	Receitas para Custeio	1		
Caixa e Equivalente de Caixa	2.2(a)3	236.952,16	2.134,00	Obrig. Trabalhistas - Saúde				Governo do Estado de São Paulo		84.477.857,00	
Outros Créditos				(Gestão Pública)				(-Deduções do Custeio		-	
- Saúde (Gestão Pública)		56.209,65	93.272,42	Obrig. Sociais - Saúde (Gestão Pública)	2.2 (c)	1.538.947,29	1.468.594,40	Governo do Estado de São Paulo		-	
Outros Créditos	2.2 (c)	56.209,65	93.272,42	Obrig. Sociais		1.538.947,29	1.468.594,40	(=) Total de Receitas com Saúde (Gestão Pública)		84.477.857,00	
Estoques				Obrig. Sociais		1.173.185,89	1.077.689,62	Custos		70.670.000,00	
- Saúde (Gestão Pública)		1.347.424,75	841.576,19	Obrig. Sociais		1.173.185,89	1.077.689,62	Custos c/ Saúde (Gestão Pública)			
Estoques	2.2(b)4	1.347.424,75	841.576,19	Obrigações Fiscais - Saúde	2.2 (c)	322.642,71	434.801,17	Ordens e Encargos Sociais		(41.629.334,94)	
Despesas Antecipadas				Obrigações Fiscais		322.642,71	434.801,17	Serviços de Terceiros		(24.899.813,37)	
- Saúde (Gestão Pública)		90.960,25	353,62	Outras Obrigações - Saúde	2.2 (c)	402.791,97	301.404,34	Materiais e Medicamentos		(12.151.921,95)	
Despesas Antecipadas	2.2 (c)	90.960,25	353,62	Obrig. Fiscais	2.2 (c)	402.791,97	301.404,34	(=) Total de Custos com Saúde (Gestão Pública)		(78.681.070,26)	
Total do Ativo Circulante		1.731.546,81	937.336,23	Empréstimos e Financiamentos				(+) Superávit Bruto		5.796.786,74	
Ativo não Circulante				Provisão Trabalhistas		1.164.831,38	1.164.831,38	(-/-) Despesas Gerais		1.922.283,12	
Depósitos Judiciais Recursais	2.2 (c)	48.301,86	-	Provisão Trabalhistas		1.164.831,38	1.164.831,38	Despesas Gerais C/ Saúde (Gestão Pública)			
Depósitos Judiciais Recursais - Saúde		48.301,86	-	Provisão Social - Saúde (Gestão Pública)	2.2 (c)	3.469.378,64	3.252.773,67	Despesas Gerais		(4.300.055,08)	
Imobilizado - Gestão Pública	2.2 (e) / 5	12.508.087,86	10.143.080,51	Provisão Social - Saúde (Gestão Pública)		3.469.378,64	3.252.773,67	Impostos Taxas e Contribuições		(34.782,09)	
Depreciação Acumulada - (Gestão Pública)	2.2 (e) / 5	(2.653.502,69)	(1.583.968,61)	Total do Passivo Circulante		10.475.535,75	10.592.816,40	Provisão para Contingências		(609.655,77)	
Imobilizado Líquido - Saúde (Gestão Pública)		9.854.585,17	8.559.111,90	Passivo Não Circulante				(=) Total de Despesas Gerais C/ Saúde (Gestão Pública)		(4.944.492,94)	
Intangível - Gestão Pública	2.2 (f) / 5	204.095,60	78.030,01	Financiamento	9	628.144,95	-	(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais			
Amortização Acumulada - Gestão Pública	2.2 (e) / 5	(53.137,55)	(28.587,37)	Provisão para Contingências	7	5.778.930,40	5.232.102,33	Outras Despesas Operacionais		-	
Intangível Líquido - Gestão Pública		150.958,05	49.442,64	Total do Passivo Não Circulante		6.407.075,35	5.232.102,33	Outras Receitas Operacionais		93.072,36	
Total do Ativo Não Circulante		10.053.845,08	8.608.554,54	Patrimônio Líquido				Outras Receitas Operacionais		93.072,36	
Total do Ativo		11.785.391,89	9.545.890,77	Patrimônio Social	2.2 (f)	(6.279.027,96)	(2.689.680,15)	(=) Resultado Antes das Receitas/Despesas Financeiras Líquidas		945.366,16	
				Superávit / (Déficit) do Exercício	2.2 (h)	1.181.808,75	(3.589.347,81)	(+/-) Receitas (Despesas) Financeiras		(71.821,07)	
				Total do Patrimônio Líquido		(5.097.219,21)	(6.279.027,96)	Líquidas com Saúde (Gestão Pública)		236.442,59	
								Receitas Financeiras		308.263,66	
								Despesas Financeiras		(225.685,75)	
								(=) Resultado Financeiro		(142.098,39)	
								Superávit/(Déficit) do Exercício	2.2 (h)	1.181.808,75	
										(3.589.347,81)	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (EM REAIS)

	Patrimônio Social	Superávit / (Déficit) do Exercício	Patrimônio Líquido
Saldos em 31/12/09	14.466,28	(2.704.146,43)	(2.689.680,15)
Incorporação do déficit do exercício anterior	(2.704.146,43)	2.704.146,43	-
Déficit do Exercício	-	(3.589.347,81)	(3.589.347,81)
Saldos em 31/12/10	(2.689.680,15)	(3.589.347,81)	(6.279.027,96)
Incorporação do déficit do exercício anterior	(3.589.347,81)	3.589.347,81	-
Superávit do exercício	-	1.181.808,75	1.181.808,75
Saldos em 31/12/11	(6.279.027,96)	1.181.808,75	(5.097.219,21)

ATIVIDADES ASSISTENCIAIS ANO 2011 (8)

ATIVIDADE AMBULATORIAL				CLÍNICAS				SADT EXTERNO			
Descrição	Realizado	Contratado	%	Descrição	Realizado	Contratado	%	Descrição	Realizado	Contratado	%
1ª Consulta	11.697	9.960	17,4%	Clinica Médica	2.861	3.000	-4,6%	Patologia Clínica	760.975	562.277	36,3%
Interconsultas	5.985	6.000	-0,2%	Clinica Cirúrgica	6.150	6.336	-2,9%	Radiologia	7.309	7.200	1,5%
Cons. Subseqüent	40.655	38.016	6,9%	Obstetrícia	3.767	3.600	4,6%	Ultrassonografia	3.033	3.000	1,1%
Cons. Não Médica	7.131	8.400	-15,1%	Pediatria	1.954	1.872	4,4%	Tomografia	5.564	5.280	5,4%
Cirurgias Ambulat	1.889	1.260	49,9%	Psiquiatria	265	264	0,4%	Endoscopia	1.789	1.800	-0,6%
Proc. Terapêuticos	44.021	42.840	2,8%					Diag. Especialidades	5.487	4.200	30,6%
								Outros (Nefrologia)	16.068	16.332	-1,6%
Total	111.378	106.476	4,6%	Total	14.997	15.072	-0,5%	Total	800.225	600.089	33,4%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (EM REAIS)

1. Contexto Operacional: A Cruzada Bandeirantes São Camilo Assistência Médico Social - Hospital Geral de Carapicuíba, qualificada como Organização Social de Saúde, é uma entidade civil de direito privado, filantrópica, de fins não lucrativos, que tem como objetivo: I) Prestar Assistência à saúde em geral a tantos quanto procurarem seus serviços, sem distinção de qualquer natureza, seja nacionalidade, credo político ou religioso; II) Prestar Assistência Social em geral, tanto para menores de creches e escolas maternas, quanto para adultos, com asilos, albergues para moradores de rua e outros estabelecimentos afins; III) Oferecer tratamento adequado para dependentes de álcool e drogas em geral, com o objetivo de auxiliá-los na recuperação física e mental e reintegrá-los às suas comunidades e suas famílias; IV) Prestar assistência à saúde dos portadores de distúrbios mentais para promover seu equilíbrio e sua reinserção na comunidade; V) Desenvolver atividades educacionais, podendo manter estabelecimentos de ensino e oferecer campo de estágio; VI) Desenvolver a pastoral da saúde e VII) Destinar recursos financeiros e econômicos, inclusive mediante doação, a entidades filantrópicas e ou simplesmente sem fins lucrativos, que militem na área da saúde e ou da educação e ou pastoral da saúde e ou da assistência social em geral desde não utilize recursos e bens que lhe forem repassados pelo Estado.

Contratada através de Contrato de Gestão firmada com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo em 2009 assumiu a operacionalização do **HOSPITAL GERAL DR. FRANCISCO DE MOURA COUTINHO FILHO - HOSPITAL GERAL DE CARAPICUÍBA**, visando desenvolver o programa de modernização de gestão de saúde no âmbito do Estado de São Paulo, com fundamento nos termos da Lei Complementar nº 846 de 04 de junho de 1998. Estes contratos têm vigência de 05 anos a partir de sua assinatura, fixando as verbas orçamentárias a serem repassadas para custeio das operações.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Na preparação de suas Demonstrações Contábeis, a Entidade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade, as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, notadamente na NBC-T 10.19, que prescreve critérios contábeis aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, que, com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 2.2 foram aplicadas na preparação das Demonstrações Contábeis para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010. A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração efetue estimativas e adote permissões que afetam os montantes apresentados nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa.

2.2 Principais Práticas Contábeis:

a. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata mantidas em instituição de primeira linha.

As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não supera o valor de mercado e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor.

b. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior ou igual ao preço atual de mercado.

c. Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.

d. Ajustes a Valor Presente de Ativos e Passivos

A Entidade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas Demonstrações Contábeis de 2011 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

e. Ativo Imobilizado de Gestão Pública

Registrados ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e ajustes ao seu valor de recuperação (valor em uso) se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado.

A administração da Entidade efetuou análise do prazo de vida útil-econômica remanescentes dos bens do ativo imobilizado, onde não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens, não tendo sido portanto, efetuadas alterações nas taxas de depreciação do ativo imobilizado.

f. Ativo Intangível de Gestão Pública

O intangível reflete os custos com direitos de uso de software e estão sendo amortizados a taxas lineares.

g. Provisões para Férias e Encargos

Estão provisionadas integralmente pela parte vencida e proporcional a vencer, inclusive com os respectivos encargos sociais até a data do balanço.

h. Apuração de Superávit / Déficit do Exercício

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência. Em outras receitas operacionais estão registradas doações em espécie proveniente de terceiros para patrocínio na capacitação profissional e recuperação de despesas.

i. Patrimônio Líquido

O Grupo Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido pelos superávits e ou diminuído pelos déficits apurados e incorporados anualmente, após deliberação em Assembleia Geral Ordinária.

Chance de Perda	Parecer Jurídico		Provisão Para Contingência
	Cível	Trabalhista	
Provável	4.049.015,60	8.281.850,96	12.330.866,56
Possível	768.250,00	2.034.028,18	2.802.278,18
Remoto	76.755,00	108.758,42	185.513,42
Total	4.894.020,60	10.424.637,56	15.318.658,16

Pe. Leocir Pessini Presidente
Pe. Niversindo Antonio Chenubin Superintendente
Ana Maria Pessoa Massaretti Diretora Executiva
João Wanderlei Bertoldo Galindo Contador CRC nº 1SP178600

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (EM REAIS)

	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit/(Déficit) do Exercício	1.181.808,75	(3.589.347,81)
Ajustes:		
Depreciação/Amortização	1.094.084,26	916.568,26
Redução / (Aumento) de Outros créditos	(11.239,09)	(52.749,61)
Redução / (Aumento) de Estoques	(505.848,56)	144.726,45
Redução / (Aumento) de Despesas Antecipadas	(90.606,63)	(353,62)
Redução / (Aumento) de Fornecedores	675.867,43	521.011,72
Redução / (Aumento) de Obrigações Trabalhistas	76.921,23	(98.165,62)
Redução / (Aumento) de Obrigações Sociais	95.496,27	9.047,77
Redução / (Aumento) de Obrigações Fiscais	(112.158,46)	59.938,84
Redução / (Aumento) de Outras Obrigações	16.377,52	(28.881,89)
Redução / (Aumento) de Provisões Trabalhistas	216.604,97	193.400,08
Redução / (Aumento) de Provisão para Contingência - Não Circulante	546.828,07	969.501,74
Caixa Líquido proveniente das atividades operacionais	3.184.135,76	(955.303,69)
(Aquisição) / Baixa do Ativo Imobilizado - Gestão Pública	(2.365.007,35)	(370.630,56)
(Aquisição) / Baixa do Ativo Intangível - Gestão Pública	(126.065,59)	(19.091,79)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(2.491.072,94)	(389.722,35)
Aumento / (Redução) dos Empréstimos	(458.244,66)	1.151.362,26
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(458.244,66)	1.151.362,26
Aumento / Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa e equivalentes de caixa no início do período	234.818,16	(193.663,78)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.134,00	195.797,78
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	236.952,16	2.134,00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (EM REAIS)

8. Atividades Assistenciais de Saúde

As atividades assistenciais de saúde desenvolvidas de forma gratuita aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, através de contratos de gestão, atendem os requisitos da Lei nº 12.101/09, regulamentada pelos Decretos nº 7.237, de 20 de julho de 2010 e Decreto nº 7.300, de 14 de setembro de 2010, que dispõe sobre as condições que vinculam a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS e PORTARIA Nº 1.970, de 16 de agosto de 2011 que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE), conforme demonstradas nos quadros (Atividades Assistenciais ano 2011 (8)).

9. Empréstimo e Financiamentos

Descrição	Modalidade	Valor Total	Saldo 31/12/2011	Taxa	Garantia
BNDES-FINAM	Financiamento	712.271,67	628.144,95	1,974% a.m	Avalista / Emitente

10. Certificado Beneficiário de Assistência Social

A instituição é portadora do Certificado Beneficiário de Assistência Social – CEBAS (antigo Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos – CEFF e antigo Certificado de Entidade de Assistência Social) concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – pela Resolução CNAS nº 3 de 23 de janeiro de 2009. O Processo de renovação nº 71010.004137/2009-17 do certificado da entidade encontra-se em análise no Ministério da Saúde, órgão responsável pela análise e a decisão dos requerimentos de concessão ou de renovação dos Certificados das Entidades Beneficentes de Assistência Social que prestam serviços na área da saúde, considerando a competência conferida ao Ministério da Saúde pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

11. Gratuidades

Representa o total de recursos aplicado no ano no atendimento à população em geral. A apuração do montante contabilizado reflete o custo efetivo dos pacientes atendidos através do SUS – Sistema Único de Saúde, durante o ano de 2011 o montante foi de R\$ 83.015.907,43 e 2010 de R\$ 74.286.322,82.

12. Isenção Usufruída

A entidade se beneficia do usuário da isenção da COFINS e CSLL a que fazem jus as entidades filantrópicas, entretanto a Quota Patronal do INSS é recolhida por decisão administrativa.

13. Aplicação de Recursos

Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

14. Cobertura de Seguros

Para atender medidas preventivas a entidade efetua contratação de seguro em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores da
CRUZADA BANDEIRANTE SÃO CAMILO ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL - HOSPITAL GERAL DE CARAPICUÍBA
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico-Social – Hospital Geral de Carapicuíba, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do superávit / (déficit), das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis – A Administração da Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico-Social – Hospital Geral de Carapicuíba é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes – Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as Demonstrações Contábeis – Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico-Social – Hospital Geral de Carapicuíba em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as disposições contidas na Lei 12.101/09, que regula os procedimentos de isenção de contribuições para a Seguridade Social.

São Paulo, 16 de Março de 2012.

GALLORO & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRC PJ 2SP005851/0-7

VICTOR DOMINGOS GALLORO
S